



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639032 - SP (2021/0004269-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RODRIGO CESAR TRIGO
ADVOGADO : RODRIGO CESAR TRIGO - SP180698
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANA PAULA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : ARAILDO DOS SANTOS NEVES
PACIENTE : MARIA JOANA ELIAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANA PAULA DA SILVA, ARAILDO DOS SANTOS NEVES e MARIA JOANA ELIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado Regimento Criminal n. 2207010-82.2020.8.26.0000/50000).

Os pacientes foram denunciados pelos seguintes delitos: ANA PAULA DA SILVA, como incurso no art. 288, *caput*, do Código Penal; no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal; por 21 vezes no art. 171, § 4º, c/c o art. 29, ambos do Código Penal; por 5 vezes no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal; MARIA JOANA ELIAS como incurso no art. 288, *caput*, do Código Penal; no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal; por 25 vezes no art. 171, § 4º, do Código Penal; por 4 vezes no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal; no art. 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal; ARAILDO DOS SANTOS NEVES como incurso no art. 288, *caput*, do Código Penal; no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal; por 26 vezes no art. 171, § 4º, c/c o art. 29, ambos do Código Penal; por 5 vezes no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal; no art. 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção do decreto de custódia cautelar dos acusados.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Argumenta, ainda, que os pacientes preenchem os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, suficientes para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que "seja expedido alvará de soltura em favor de Ana Paula da Silva e contramandado de prisão em favor de Araildo dos Santos Neves e Maria Joana Elias" (fl. 29).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado.

Isso, porque a 6ª Câmara de Direito Criminal negou provimento ao agravo regimental para manter a decisão que julgou prejudicado o HC n. 2207010-82.2020.8.26.0000 por entender que "a troca de fundamento tanto legal, quanto judicial - faz com que seja alterada a natureza jurídica da custódia, tornando esta ação especial prejudicada" (fl. 344).

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente